**DECLARAÇÃO - GARANTIA DE DIREITO DE IMAGEM**

**E RECUSA AO ENSINO HÍBRIDO**

À Direção da .........................................................................................................

Eu, ........................................................................................................................,

matrícula................................................................................, servidor/a docente,

venho comunicar a VSª que, nos termos do artigo 5°, inciso X, que trata sobre a inviolabilidade da intimidade, imagem e honra, bem como artigo 1º, III, que trata da dignidade da pessoa humana, ambos previstos no texto da Constituição Federal de 1988, cumulado com a ausência de disposição sobre cessão de direitos de imagem e voz em contrato inaugural e ou aditivos. Considerando a ilicitude das mudanças contratuais, de forma unilateral, conforme estabelecido no artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, bem como observado o disposto no artigo 75-C, §1º do mesmo diploma, que dispõe sobre a necessidade de mútuo acordo para a realização do teletrabalho e, por fim, observado que há determinação expressa para que este/a servidor/a retorne às atividades presenciais, declaro expressamente para todos os fins que não concordo e não autorizo a cessão de minha imagem para produção de atividade, aulas, vídeos e demais outros conteúdos e instrumentos de divulgação e trabalho virtual. Fica, então, terminantemente proibida a utilização de minha imagem, haja vista a determinação de retorno às atividades presenciais, reestabelecendo assim o contrato de trabalho na modalidade exclusivamente presencial, não havendo concordância deste/a empregado/a para atividades de trabalho no formato híbrido, ou seja, ministração de aulas em sala de aula física com acompanhamento por câmeras de vídeo para transmissão síncrona ou assíncrona para demais alunos remotos.

Trata-se de um direito individual a ser respeitado, uma vez que, enquanto empregador e órgão público, o Ceeteps deve seguir estritamente os termos do Artigo 37 da Constituição Federal e 111 da Constituição Estadual Bandeirante.

......................................................................................., ........../....../2021.

Local e data

............................................................................................

Assinatura